

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SeminTUR
Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina
Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil
27 e 28 de Junho de 2008

A utilização de indicadores para a análise da sustentabilidade em áreas turísticas¹

Olívia Duquia Giumelli, mestranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (SC)

Dr. Marcus Polette, docente da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (SC)²

Resumo

A zona litorânea de Santa Catarina vem apresentando inúmeros problemas e conflitos de natureza sócio ambiental devido ao seu crescimento acelerado nas últimas décadas. O turismo foi um dos setores econômicos propulsores deste crescimento, que não ocorreu de forma sustentável e planejada. Propõe-se neste estudo, apresentar parte da pesquisa que está sendo realizada tendo como foco a seleção de indicadores de natureza econômica, cultural, ambiental, social, territorial e institucional para analisar o desenvolvimento turístico do litoral do Estado. Este artigo demonstra a metodologia do estudo em desenvolvimento e que pretende avaliar como a aplicação de indicadores pode ser utilizada no setor turístico para visualizar as problemáticas existentes. A importância de mobilizar e instigar as instituições públicas, privadas e o terceiro setor para agir na promoção de um desenvolvimento turístico responsável na região é uma das grandes contribuições deste trabalho.

Palavras-chave: Indicadores; Litoral; Santa Catarina; Sustentabilidade; Turismo.

1 Introdução

Os municípios costeiros do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, vêm apresentando nas últimas décadas diversos problemas, impactos e conflitos de grande amplitude tanto no âmbito sociocultural como ambiental. A falta de planejamento por parte dos tomadores de decisões no nível local acelerou tais descaminhos por meio de um processo de alta densificação e desorganização espacial.

¹ Trabalho apresentado ao GT “Gestão Responsável do Turismo” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27 e 28 de Junho de 2008.

² Mestranda em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI (SC) e Bacharel em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI (SC) oliviadgiumelli@gmail.com
Doutor e docente da UNIVALI (SC), mpolette@univali.br.

Os 36 municípios litorâneos estão experimentando um intenso processo de urbanização, principalmente em suas áreas mais frágeis (dunas, praias, manguezais, Mata Atlântica, restingas, entre outros). Os resultados dessa agressão influirão de maneira significativa na economia presente e futura do Estado, pois a zona costeira representa cerca de 39% da área do Estado e concentra 68% da população nos seus municípios costeiros, sendo assim importante o seu conhecimento espacial, estrutural e institucional com o intuito de conservação e desenvolvimento ordenado (POLETTE, 1996).

Entre os principais problemas da zona costeira estão: a falta de políticas que dêem suporte ao atual Programa de Gerenciamento Costeiro; a falta de planejamento que leva a problemas ambientais irreversíveis; a destruição de monumentos ligados às culturas açoriana, alemã e italiana; a especulação imobiliária e ausência de saneamento básico; os desmatamentos e aterros inadequados; a falta de fiscalização nas Áreas de Preservação Permanente e a pesca de iscas vivas, no entorno da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (IBAMA, 1997).

Esta situação se agrava nos períodos de alta temporada devido ao fenômeno do veraneio onde a intensa demanda turística em municípios como Garopaba, Florianópolis e Balneário Camboriú, localizados respectivamente nos setores litorâneos sul, centro e norte do Estado, (SANTUR, 2007) levam a mudanças significativas na resiliência destes frágeis locais.

Frente a esta realidade de transformação acelerada, cada vez mais, indicadores têm sido utilizados por diversos órgãos de pesquisa - em nível nacional e internacional - como forma de detectar e monitorar essas transformações.

Alguns trabalhos sobre indicadores de turismo sustentável que foram desenvolvidos em alguns países, segundo a OMT (1997, p. 10), “caracterizam uma evidência crescente da necessidade de indicadores que possam captar os efeitos da atividade econômica, incluindo o turismo, sobre o entorno natural e cultural” (TRENTIN, 2007).

Esses indicadores tornam-se necessários, pois são capazes de gerar informações e refletir uma determinada situação e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Conforme Trentin (2007) tais indicadores têm sido denominados “indicadores de desenvolvimento sustentável” e englobam as dimensões econômicas, sociais, ambientais e institucionais.

Os indicadores devem ser utilizados, e conforme afirma Mousinho (2001), os mesmos são instrumentos propostos como forma de representação da informação, que permitem organizar,

sintetizar e utilizar dados úteis ao planejamento, ao estabelecimento de metas e ao controle do desempenho, viabilizando assim, a análise de decisões estratégicas e a tomada de decisão.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE utilizando como fonte um documento apresentado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável-CDS elaborou o material “Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002”, onde foram apresentados 50 indicadores englobando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional. Em 2004 uma nova versão revisada, ampliada e atualizada foi publicada e com esse novo material os indicadores passaram a ser 59, distribuídos nas quatro dimensões (TRENTIN, 2007).

Considerando o uso de indicadores em outras áreas e atividades, a OMT realizou algumas ações como a publicação do livro intitulado *Lo que todo gestor turístico debe saber: guía practico para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible* cujo objetivo foi de facilitar o desenvolvimento de indicadores de cunho prático na gestão sustentável dos destinos turísticos além de orientar os gestores e administradores no uso dos indicadores em suas decisões relacionadas ao turismo e ao meio ambiente (TRENTIN, 2007).

Esses indicadores, portanto, são generalizados e muitas vezes não expressam ou retratam as especificidades e realidades de determinadas regiões.

Desta forma, verificando a necessidade de pesquisas relacionadas ao tema sustentabilidade turística, buscaram-se os dados existentes com relação aos municípios litorâneos de Santa Catarina, para que a partir destes fossem desenvolvidos indicadores para entender a situação com relação ao turismo sustentável em cada um dos municípios costeiros catarinenses.

Assim, o objetivo do trabalho que está sendo desenvolvido, e apresentado parcialmente neste artigo, é de analisar o litoral do Estado de Santa Catarina com base em indicadores de desenvolvimento sustentável, especialmente selecionados frente às peculiaridades da região em estudo.

Dentre as atividades econômicas mais impactantes, mas que são essenciais ao desenvolvimento desta região, encontra-se o turismo. A atividade turística iniciou-se no litoral do Estado em meados da década de 70 quando as zonas costeiras passam a ser ocupadas por casas de segunda-residência, utilizadas nas épocas do veraneio. Junto ao interesse pelo lazer voltado ao banho de mar, cresce o interesse por essas áreas que agora são visadas como local de residência fixa.

Assim, surge a especulação imobiliária e cria-se alguma infra-estrutura para atender a demanda cada vez mais crescente. A área litorânea torna-se o alvo de grandes empresas hoteleiras e construtoras com objetivos de lucrar com a exploração do local. Além disso, a ausência de uma fiscalização e monitoramento responsáveis com requisitos para construção e preservação ambiental fazem com que essas localidades se transformem em áreas urbanas de uma forma muito agressiva.

Buscar-se-á neste trabalho demonstrar a metodologia para mapear as gravidades incidentes em 11 dos 36 municípios localizados na zona litorânea catarinense. Esses municípios foram escolhidos, pois possuem dados de demanda anualmente atualizados pela SANTUR SA (Secretaria de Turismo do Estado). São eles: São Francisco do Sul, Balneário Piçarras, Penha, Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Florianópolis, Garopaba e Laguna.

Baseado no que se deseja investigar foi proposta a metodologia para a execução deste estudo, que consiste numa Pesquisa Aplicada de cunho exploratório, cujos indicadores serão elaborados a partir de estudos bibliográficos e documentais de origem primária e secundária e entrevistas semi-estruturadas com atores chave do turismo brasileiro e catarinense representantes de órgãos governamentais, de iniciativa privada e estudiosos de área. Estas entrevistas contribuirão para a construção de uma base de informações das quais serão extraídos os principais dados para a seleção dos indicadores aqui propostos.

Com o objetivo de demonstrar ao setor público, privado, terceiro setor e comunidade os pontos mais graves e em qual âmbito (econômico, cultural, ambiental, social, territorial ou institucional) eles se encontram mais afetados na área de estudo, serão elaborados indicadores de desenvolvimento do turismo sustentável, para medir o grau em que os 11 municípios se encontram atualmente.

Sendo assim, a importância de mobilizar e instigar as instituições públicas, privadas e o terceiro setor para agir na promoção de um desenvolvimento turístico responsável na região é uma das grandes contribuições deste trabalho.

2 Revisão Teórica

2.1 O Turismo no Litoral sob o ponto de vista do Planejamento Urbano

Os espaços litorâneos, como bordas continentais, constituem áreas de trânsito de produção através das vias marítimas. Atualmente, o litoral é apropriado culturalmente o que o transforma em um espaço de lazer, sendo que os espaços preservados são mais valorizados nesse sentido. Desta forma ocorrem nestas áreas atividades turísticas e de veraneio. Entretanto, as atividades pecuárias e agrícola-comerciais são cada vez menos praticadas nestas áreas, que assim, ficam disponíveis para utilizações que promovam uma maior grau de rentabilidade (MORAES, 1999).

No quadro atual cerca de dois terços da humanidade habitam zonas costeiras e a maior parte das metrópoles contemporâneas localizam-se a beira-mar. Este espaço abriga também um denso e concentrado contingente populacional além de grande parte das instalações industriais do mundo. Desta forma, a zona costeira caracteriza-se como um conjunto de terras emersas em um espaço limitado dotado de especificidades e com vantagens devido à sua localização (MORAES, op cit.).

O Brasil foi o país que mais rapidamente se urbanizou no mundo: em 50 anos passou de rural para urbano sendo que esta mudança foi um processo predatório, desigual e injusto. Na década de 40, 30% das cidades já eram consideradas urbanizadas e atualmente são 75% delas e 40% da população reside nestas regiões urbanas. No Sul do Brasil, o crescimento ocorreu com base em pequenas e médias cidades, diferente do Nordeste do país, por exemplo (CORRÊA, 1998).

O final da década de 1950 traz um outro fenômeno que impulsiona também a ocupação da zona costeira, as “segundas residências”. Pós-cinqüenta impulsionados por fatores sociais, ocorrem os movimento migratórios em direção à costa, trazendo um contingente populacional que não é absorvido pela indústria nem pelo setor de serviços institucionalizados ficando assim à mercê do mercado informal (PEGAS, 1997 *apud* MORAES, 1999).

As décadas de sessenta e setenta são marcadas pela ditadura. A política urbana também é centralizada nas mãos do estado de forma mais objetiva e menos jurídica e o planejamento cumpre o papel de ordenador e racionalizador da ação pública, refletindo-se numa vontade do sistema nacional de organização do espaço urbano. Surgem, neste momento padrões urbanos traduzidos na idéia do plano. Os esforços neste momento são voltados para o gerenciamento à estrutura já existente. O processo de urbanização das grandes regiões metropolitanas é considerado excessivo e deve ser contido, e devido ao tamanho do aglomerado, cresce a incapacidade do governo de fazer frente à demanda por serviços públicos.

O turismo dá início a uma forma, sem precedentes na história, de especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais se tornem secundárias. Por exemplo, o aterro de mangues e lagunas, a eliminação de áreas florestas originais, a ocupação de dunas e restingas, a ocupação sobre altas declividades possíveis e freqüentes, em todo o litoral brasileiro (PEGAS, 1997 *apud* MORAES, 1999).

As primeiras ações de intervenções com relação ao planejamento ocorreram na década de 60 sendo que na década de 80 a Constituição de 1988 consagra a importância do planejamento urbano e a necessidade da subordinação da função social da propriedade às determinações expressas no plano diretor (PEGAS, 1997 *apud* MORAES, 1999).

Frente à realidade apresentada, Polette (2006) afirma quanto ao litoral, que o veraneio é o principal fator de expansão urbana e de ocupação territorial intensa nos municípios litorâneos não industrializados no Brasil e assim a zona costeira torna-se de grande importância, sendo fundamental o desenvolvimento de estratégias de governo, junto a ações da sociedade organizada, como forma de desenvolvimento sustentável do turismo, o qual representa a aptidão natural desta região.

O veraneio pode levar um local a aumentar sua população em até 10 vezes em alguns municípios brasileiros. Entretanto, essa situação leva a uma preocupação quanto à questão da ocupação territorial que ocorre de uma forma desordenada e causa problemas ambientais que se não gerenciados corretamente, inviabilizam a “exploração” do patrimônio natural, o que dificulta o desenvolvimento sustentável (POLETTE, 2006).

Os municípios litorâneos que não se beneficiaram com o progresso industrial e negócios gerados pela agroindústria iniciaram a comercialização de seu patrimônio paisagístico na forma de loteamentos, que mesmo quando não ocupados, asseguravam uma renda garantida através do imposto territorial urbano (IPTU). Ocorre assim, um processo de especulação imobiliária facilitada: pela procura acentuada de imóveis na praia pela classe média de metrópoles indústrias desenvolvidas nas décadas de 50/60; existência na prática de regularização fundiária; preços baixos das terras ocupadas por posseiros; e ausência quase que total de regras de controle ambiental ou urbano praticamente até o final da década de 70 (Reis, 2002).

Tais fatores contribuíram para a ocupação desordenada da paisagem, pois os loteamentos foram efetuados sem qualquer planejamento, sem nenhuma consideração pelas regras de controle

ambiental urbano e, sobretudo, sem um plano diretor ou um plano diretor ineficiente para a ordenação do território (POLETTE, 2006).

2.2 A utilização de Indicadores

O uso de indicadores e sua discussão não são temas novos, pois na Europa e América Latina o uso de indicadores econômicos foi desenvolvido durante a segunda metade do século XX (HARTMUTH, 1998). Já os indicadores sociais e ambientais começam a ser utilizados no início da década de 70 (OCDE, 1976). Com relação aos recentes indicadores de desenvolvimento sustentável, estes partem das idéias difundidas na Rio-92 e com o comprometimento com a Agenda 21 que instiga o desenvolvimento de indicadores que permitam a medição e o seguimento do desenvolvimento sustentável centrando seu conceito nos três eixos temáticos: economia, sociedade e ecologia (MARTÍNEZ, LÓPEZ, E SANTOS 2007).

De acordo com Mousinho (2001) os indicadores são instrumentos propostos como forma de representação da informação, que permitem organizar, sintetizar e utilizar dados úteis ao planejamento, ao estabelecimento de metas e ao controle do desempenho, viabilizando assim, a análise de decisões estratégicas e a tomada de decisão.

A escolha adequada de indicadores que espelhem a realidade do ambiente em estudo é fundamental para uma aferição mais precisa, pois alguns indicadores que podem ser adequados pra um determinado ambiente, podem não representar tão bem a situação quando aplicados a outro local (NIHUES, 2007). Além disso, “a busca por indicadores que melhor representem a realidade local, por si só, já provoca os questionamentos necessários para o entendimento das causas e das conseqüências, que levaram as propostas da sociedade para a solução dos problemas identificados” (NIHUES, 2007, p.2).

Para Rosseto *et al.* (2004) a escolha de indicadores para o planejamento e a gestão constitui-se em uma importante etapa dos trabalhos, pois através deles os atores envolvidos no processo formularão os planos e projetos, assim como avaliarão o andamento e os resultados obtidos em suas ações. Desta forma, os indicadores escolhidos devem efetivamente descrever os fenômenos observados, fornecer informações que subsidiem de forma eficiente o processo decisório, serem de fácil coleta, atualização, manuseio, compreensão e manutenção” (ROSSETO *et al.*, 2004).

Bermejo e Nebreda (1998) afirmam que os indicadores ao aportar informação sobre determinados aspectos do desenvolvimento sustentável permitem a compreensão da nossa situação atual e o controle da direção a ser tomada, assim como a prevenção, antecipando e solucionando problemas” (PROJETO METASIG, 2001).

Os indicadores resumem informação relevante sobre um fenômeno específico e em um sentido geral, é um sinal, uma representação operacional de um atributo que pode ser qualitativo, característica ou propriedade de um sistema. Os indicadores simplificam informação relevante, o qual não somente faz visível ou perceptível um fenômeno de interesse, mas também destaca quantitativamente e comunica a informação principal (MARTÍNEZ, LÓPEZ E SANTOS 2007).

A escolha do tipo de indicadores e com base em que informações estes irão ser constituídos, vai depender da área de estudo e dos dados disponíveis para tal.

2.2.1 Indicadores de turismo sustentável

De acordo com Weaver and Lawton (1999), os estudos de indicadores no turismo estão ainda na infância, apesar da Organização Mundial do Turismo e outras organizações estarem fazendo esforços esporádicos para desenvolvê-los. Se as mudanças causadas pelo turismo em todos os aspectos da vida da comunidade forem estudadas, os indicadores devem ser baseados em relevância política, estabilidade analítica e mensurabilidade. Esses indicadores então, devem ser utilizados em vários rumos, especialmente a nível local, onde têm maior relevância (CHOI e SIRAKAYA, 2006).

De acordo com Martinez, López e Santos (2007, p. 175) as funções destes indicadores de sustentabilidade são “visualizar os objetivos e metas para o futuro; permitir análises comparativas de tempo e espaço; proporcionar informação relevante para a tomada de decisões e antecipar situações de risco e conflito”.

Para Bruyn e Drunen (1999, p.19), “um indicador de sustentabilidade é a representação quantitativa de um certo parâmetro que fornece informações sobre um fenômeno que é importante para o desenvolvimento sustentável” (TRENTIN, 2007).

Bellen (2005, p. 42) acrescenta que

os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos, existindo autores que defendem que os mais adequados para avaliação de experiências de desenvolvimento sustentável

deveriam ser mais qualitativos, em função das limitações explícitas ou implícitas que existem em relação a indicadores simplesmente numéricos.

Enfim, os indicadores de desenvolvimento sustentável servem para “identificar variações, comportamentos, processos e tendências, estabelecer comparações entre regiões dentro do Brasil, indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas [...]” (IBGE, 2002, p. 10). De acordo com o IBGE, eles são divididos em: econômicos, ambientais, sociais e institucionais. São esses os aspectos também propostos pela ONU por meio da CDS para abordagem da mensuração do desenvolvimento sustentável (TRENTIN, 2007).

Vale ressaltar que a possibilidade de estabelecer comparações entre regiões dentro do Brasil pode trazer à tona aspectos relevantes que levam à identificação e tradução do que vem sendo feito para alcançar o desenvolvimento sustentável, e o que está adequado e/ou inadequado. Assim também é possível analisar as políticas públicas que são implementadas nas várias regiões do país (TRENTIN, 2007).

Segundo o Projeto Metasig (2001) a difusão dos princípios da sustentabilidade com a Rio-92 se traduz na incorporação deste paradigma aos processos de planejamento turístico (OMT, 1993) e declarações internacionais como a Carta do Turismo Sustentável de Lanzarote (1995) ou a adaptação do Programa 21 ao setor de Viagens e Turismo (OMT *et. al.* 1995). Todas estas iniciativas constataam a necessidade de medir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico por meio da definição de um sistema de indicadores.

O modelo apresentado por Martínez, López e Santos (2007) no seu trabalho no desenvolvimento de indicadores de desenvolvimento sustentável a nível regional e local, foi elaborado para as regiões da Galícia na Espanha, y Cozumel no México.

Com uma perspectiva singular, este modelo parte das seguintes premissas: deve-se destacar que as relações entre o meio ambiente, a sociedade e a economia não são uniformes no espaço, as causas e efeitos caracterizados por um indicador devem não só diferenciar-se entre países industrializados e desenvolvidos, como também em regiões e localidades (MEYER, 2000; WEBER, 2000 *apud* MARTÍNEZ, LÓPEZ E SANTOS, 2007).

Na pesquisa realizada por Blackstock *et al* (2007) foram desenvolvidas entrevistas semi-estruturadas conduzidas em fevereiro de 2006 utilizando um guia de entrevista. A amostra foi selecionada para refletir uma ampla parte de representantes de organizações privadas e públicas que possuem diferentes relações com a atividade turística. Os dados foram quantitativamente

analisados para ter acesso às similaridades e diferenças nas respostas obtidas e aonde os dados complementavam ou divergiam do que era orientado a partir da literatura. O objetivo deste estudo foi discutir a utilização de indicadores na busca pela prática do turismo sustentável no Parque Nacional Cairngorms.

Os autores Choi e Sirakaya (2006) apresentam em sua pesquisa, indicadores para mensurar o desenvolvimento turístico de uma comunidade (CTD) com base em uma estrutura de sustentabilidade utilizando uma técnica Delphi. Desta forma, realizam um painel com 38 pesquisadores acadêmicos que selecionaram após três rodadas de discussão, 125 indicadores sendo: 32 relacionados à política, 28 à questão social, 25 do âmbito ecológico, 24 econômico, 3 referentes à tecnologia e 13 à parte cultural.

Com a análise de alguns dos estudos apresentados, verifica-se a importância da utilização de indicadores no monitoramento do turismo sustentável, assim como o cuidado que deve existir na seleção dos mesmos para que os objetivos com a sua utilização sejam atingidos de forma concreta.

2.2.2 Critérios para seleção de indicadores

Trentin (2007) acredita que para se utilizar os indicadores na gestão do turismo deve-se conhecer a disponibilidade das informações a serem trabalhadas e agrupadas para desta forma produzir resultados que possibilitem o direcionamento das políticas públicas e do planejamento sustentável do turismo.

Segundo Linton e Warner (2003), o indicador traduz uma mensagem complexa de forma simplificada e útil, provendo informações com relação à uma tendência que não pode ser observada diretamente. Porém, algumas características devem ser consideradas no processo de escolha dos indicadores para potencializar os resultados de sua aplicação, conforme citado por Marzall et al. (2007): fornecimento de resposta imediata às mudanças efetuadas ou ocorridas em um dado sistema, facilidade de aplicação, permissão de enfoque integrado e direcionamento ao usuário.

Conforme a OMT (1997) os critérios que devem ser considerados durante o processo de seleção de indicadores são: a possibilidade de obtenção de dados; credibilidade e facilidade de compreensão do indicador; possibilidade de o indicador detectar as tendências no tempo e a

comparação entre zonas; previsão de sustentabilidade do indicador; e a disponibilidade de valores de referência. Ou seja, sem os critérios adequados para selecionar-se os indicadores estes podem ser utilizados tendenciosamente para direcionar resultados ou mesmo direcionar equivocadamente as ações que seriam para priorizar o desenvolvimento sustentável do turismo (TRENTIN, 2007).

Para o Projeto Metasig (2001), um bom sistema de indicadores não somente requer grande quantidade de informação, mas principalmente informação de qualidade: “objetiva, atualizada, confiável, com um agregado nível de desagregação e objeto de seguimento periódico em uma série temporal adaptada às características de cada variável de estudo”. Todavia, o caráter territorial e multisetorial do desenvolvimento sustentável, exige a integração da informação de diversas naturezas para os indicadores demográficos, sociais, culturais, econômicos, institucionais e setoriais. Portanto não existe uma única origem da informação e deve-se recorrer a uma seleção de fontes de acordo com as características dos indicadores.

De acordo com Frausto e Chalé (2003) o monitoramento é a base do desenvolvimento dos indicadores, e este elemento é possível através de análises da pertinência do indicador, o qual é útil na tomada de decisões estratégicas incluindo as metas e tendências; obtenção de dados ou informação, sua análise e a existência de valores onde seja pertinente; compreensão do indicador, que fortalece a credibilidade e confiabilidade para os usuários; capacidade de prognóstico que permita advertir os problemas e trocas significativas e a valorização dos indicadores de acordo com a importância para as decisões e urgências de uso ou necessidades (MARTÍNEZ, LÓPEZ E SANTOS, 2007).

Segundo Jannuzzi (2005) são 12 as propriedades cuja avaliação de aderência e de não aderência ou indiferença deveria determinar o uso, ou não do indicador para os propósitos determinados: 1. Relevância para Agenda; 2. Validade; 3. Confiabilidade; 4. Cobertura populacional e; 5. Territorial; 6. Sensibilidade, e 7. Especificidade; 8. Transparência metodológica; 9. Comunicabilidade; 10. Periodicidade e 11. Factibilidade; 12. Comparabilidade.

Todas essas observações feitas acerca da seleção de indicadores tornam-se fundamentais quando objetiva-se trabalhar com os mesmos. Seguindo estes parâmetros o trabalho aqui desenvolvido está focado na escolha dos indicadores adequados para serem utilizados como forma de mensurar o turismo sustentável no litoral de Santa Catarina.

3 Considerações Parciais

A utilização de indicadores para mensurar a atividade turística é um tema ainda em crescimento no Brasil sendo que o número de trabalhos que tratam do assunto em âmbito nacional é restrito, enquanto que em outros países é possível encontrar várias iniciativas neste sentido.

A escolha adequada de indicadores que espelhem a realidade do ambiente em estudo é fundamental para uma aferição mais precisa. Além disso, a busca por indicadores que melhor representem a realidade local, provoca os questionamentos necessários para o entendimento de causas e das conseqüências, que levaram as propostas da sociedade para a solução dos problemas identificados (NIHUES, 2007).

Tratando do desenvolvimento turístico sustentável no litoral do Estado de Santa Catarina, e com o intuito de aprofundar os estudos na área de indicadores, o trabalho de dissertação que está sendo desenvolvido procura além de conhecer a realidade dos municípios costeiros do Estado, propor um modelo de desenvolvimento responsável para a região. Assim alguns resultados preliminares serão aqui apresentados.

Após a realização de amplo levantamento bibliográfico para embasar a proposta desenvolvida, foi realizada uma busca de dados nos órgãos responsáveis (IBGE, IPEA, Prefeituras, Secretarias municipais e estaduais, IPHAN, IBAMA) para que a partir disso fosse possível selecionar os indicadores mais adequados para analisar a área selecionada para estudo.

Classificados em seis dimensões do desenvolvimento sustentável, uma lista preliminar de indicadores foi elaborada de forma que a mesma servirá como base para a escolha dos indicadores mais interessantes, de acordo com os princípios da sustentabilidade em zonas costeiras e segundo os critérios propostos pelos diversos autores citados. Desta forma, apresentam-se, no Quadro 1, os principais indicadores selecionados até o momento:

DIMENSÃO	ASPECTO	INDICADOR
SOCIAL	Educação	% da população analfabeta
	Lazer	Quantidade de bares e restaurantes
	Saúde	Número de estabelecimentos de saúde
	Demografia	% do acréscimo da população na alta temporada
	Segurança	Número de morte de turistas incluindo afogamentos
	Habitação	% de residências de moradia fixa x de segunda residência
ECONÔMICA	PIB	% do PIB referente ao IPTU
	Turismo	% de crescimento da oferta de hospedagem
	Pesca	Número de aqüicultores/ maricultores cadastrados
	Emprego e Renda	Intensidade de pobreza

	Unidades de Conservação	Número de UC
AMBIENTAL	Balneabilidade	Número de praias com balneabilidade própria na alta temporada?
	Poluição	Os aquíferos estão contaminados ou salinizados por intrusão marinha?
	Modificação da Paisagem	% Áreas degradadas
CULTURAL	Patrimônio Histórico	Número de bens patrimoniais tombados
	Centros Culturais	Principais eventos culturais
	Eventos Culturais	Principais eventos culturais
ESPACIAL	Urbanização	% de área urbanizada em relação à área total municipal
	Políticas Públicas	Existe legislação específica ou de zoneamento para as áreas turísticas?
	Áreas Protegidas	Qual a relação entre área do município e áreas de UC
	Infra-estrutura de acesso	Há rodoviária?
INSTITUCIONAL	Administração Pública	Há Secretaria de Turismo?

Quadro 1: Indicadores separados de acordo com suas dimensões e aspectos

Percebe-se que do grande número de dados obtidos, alguns devem ser selecionados para que o trabalho torne-se mais objetivo. A intenção, portanto é chegar ao seu final com a seleção de cerca de 20 indicadores nos âmbitos social, econômico, cultural, ambiental, espacial e institucional, que sejam capazes de demonstrar a realidade dos municípios estudados.

Assim, o trabalho iniciou-se com uma busca de dados em instituições nacionais, estaduais e municipais disponibilizadas por organizações públicas, privadas e não-governamentais, e autoridades do turismo e áreas afins para verificar qual a disponibilidade das informações e sua relevância para o estudo.

Cabe destacar quanto aos indicadores, que o pequeno número destes nas dimensões espacial e cultural refletem a baixa disponibilidade de dados relacionados. Ainda na dimensão cultural, considerou-se o tombamento de bens histórico-culturais como um indicador importante, uma vez que no processo de urbanização há perda da memória cultural. Os dados relacionados aos indicadores das dimensões institucional, ambiental, econômica e social são os mais disponibilizados, podendo ser facilmente consultados principalmente por meio da internet. Observou-se ainda que há dificuldade na busca de alguns dados e principalmente de ter acesso as suas atualizações. Entretanto, o Brasil ainda está se estruturando nas questões relacionadas à pesquisa, armazenamento e divulgação de dados, portanto este é um empecilho com o qual deve-se saber lidar e neste caso as entrevistas-chave podem trazer informações relevantes.

A primeira etapa do trabalho ocorreu com base em esforços na busca pela construção de uma base de indicadores. Em etapas futuras serão utilizadas as metodologias propostas por Januzzi (2005) - que com sua metodologia descreve a importância de cada uma das características necessárias aos indicadores para que eles possam ser utilizados de uma forma segura e confiável conforme os objetivos do trabalho - e demais autores, assim como tabelas

desenvolvidas nesta pesquisa para classificar os indicadores mais adequados à realidade da área em estudo, diminuindo sua quantidade e focando em sua eficácia, o que irá de encontro com o intuito do estudo.

Os próximos passos do trabalho envolvem a participação dos atores do setor turístico que ocorrerá por meio de entrevistas e a análise de sua percepção perante a configuração da realidade do desenvolvimento turístico sustentável dos municípios litorâneos do Estado assim como o seu parecer de como o Turismo pode promover a sustentabilidade local. Além disso, pretende-se demonstrar como a construção dos indicadores participativos podem ser um instrumento de análise dos diferentes estágios de desenvolvimento turístico da região e como o terceiro setor pode atuar nessa questão.

Por fim, após os municípios serem mapeados conforme sua classificação dentro dos conceitos de sustentabilidade, será desenvolvido um índice de turismo sustentável que será aplicado aos mesmos e trará argumentos para comparações, críticas e sugestões.

Referências

BELLEN, H. M. van. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BLACKSTOCK, K.L; SCOTT, A. J; WHITE, V. e McCRUM, G. *Indicators and Sustainable Tourism: Summary of Interview Findings*. The Macaulay Institute, Aberdeen: 2006. Disponível em: <<http://www.culture.gov.uk/NR/rdonlyres/E5B7748B-3D9A-4294-87AE-92FFB2E466EF/0/NationalSustainableTourismIndicators.pdf>>. Acesso em: maio de 2007.

CHOI, H. C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, n. 27, p. 1274-1289, 2006.

CORRÊA, Maria Cláudia. *Os Espaços Públicos Da Periferia De Joinville Como Elementos Qualificadores Da Paisagem Urbana*. Monografia: Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Joinville: UNIVILLE. 1998.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Educação Ambiental Não-formal em Unidades de Conservação Federais na Zona Costeira Brasileira: Uma Análise Crítica. Brasília, 1997. Disponível em: <http://ibama2.ibama.gov.br/cnia2/renima/download/publicacoes/SERIE_16.PDF>. Acesso em maio de 2007.

JANNUZZI, P. M 2005. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília 56 (2): 37 – 160 Abr/Jun.

LINTON, D.M. e G.F. WARNER, 2003. Biological Indicators in the Caribbean Coastal Zone and their Role in Integrated Coastal Management. *Ocean & Coastal Management*, Vol. 46, pp. 261-276.

MARTINEZ, O. F.; LÓPEZ, J. R.; SANTOS, X. *Indicadores de desarrollo sostenible a nivel regional y local: análisis de Galicia, España, y Cozumel, México*. Disponível em <http://web.ujat.mx/dip/estudios_multidisciplinarios_turismo/V.%20INDICADORES%20DE%20DESARROLLO%20SOSTENIBLE%20A%20NIVEL%20REGIONAL.pdf>. Acesso em: maio de 2007.

MORAES, A.C.R. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

NIHUES, et al. *Desenvolvimento do Modelo Pressão-Estado-Resposta para o Setor Centro-Norte, litoral de Santa Catarina*. Trabalho de Mestrado apresentado na disciplina de Gestão Ambiental Integrada, do curso de Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar sob a orientação do Prof. Dr. Marcus Polette, UNIVALI: Itajaí, 2007.

POLETTE, M. *Gerenciamento Costeiro Integrado: Proposta Metodológica para a paisagem litorânea da microbacia de Mariscal (Bombinhas - SC)*. 1997. 546f. UFSCar, São Carlos, 1997.

Proyecto METASIG. Comisión Interministerial de Ciencia y Tecnología (CICYT), Plan Nacional I+D. Comisión Europea. *Planificación y Gestión del Desarrollo Turístico Sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores*. Instituto Universitario de Geografía. Universidade de Alicante. n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/portal/IIGG/planificacion.pdf>>. Acesso em julho de 2007.

ROSSETO, A. M.; ORTH, D. M.; ROSSETO, C. R.; FLORES, G. L. *Proposta de um sistema de indicadores para gestão de cidades visando ao desenvolvimento sustentável*. Cobrac – Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, Florianópolis, 2004.

SANTUR. Santa Catarina Turismo S/A. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/santur>>. Acesso em agosto de 2007.

TRENTIN, F. Indicadores de desenvolvimento sustentável e turismo. *Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. João Pessoa, 2007.